



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A7 GERAL
Data: 28/08/2012

Transplantes em Sergipe ainda estão suspensos

Ministério Público Estadual volta a cobrar da Secretaria de Estado da Saúde providências a respeito da problemática

Maria Pinheiro
Katarinheiro@comdeserjpe.com

Até o momento a Secretaria de Estado da Saúde (SES), não apresentou nenhuma solução ao Ministério Público Estadual (MPE), em relação ao retorno da realização de transplantes de rim em Sergipe. O serviço está suspenso desde janeiro e o prazo estabelecido pelo MPE acaba esta semana. Caso o Estado não apresente providências, uma ação judicial será movida contra o gestor competente.

Segundo dados da Central de Transplante em Sergipe, mais de 200 pacientes renais esperam sem previsão por transplante no Estado. De acordo com o MPE, a SES alega que o problema é por conta do hospital prestador de serviço que se recusa a fazer os transplantes. Já o hospital rebate alegando que os recursos não são suficientes para custear os procedimentos.

"A secretaria diz que a questão não é dinheiro, o problema é com o prestador de serviço, o hospital. Por sua vez o hospital alega que os recursos não são suficientes, só contam com duas equipes para realizar os transplantes, inclusive uma delas já pediu o

descredenciamento por conta da situação. Em virtude desse impasse o que MPE quer é que a situação se resolva e que a lei seja cumprida, afinal o gestor tem dever legal de cumprir o que é determinado por lei", informa o promotor de Justiça Fábio Viegas.

Ainda de acordo com o MPE, o problema da saúde no Estado não vem de agora e é preciso que políticas eficazes sejam implementadas para que a prestação desse serviço retorne ao Estado. "Sabe-se que até em cidades do interior de estados vizinhos, o transplante renal já é feito. É o caso de Arapiraca em Alagoas e Itabuna na Bahia que realizam o procedimento em seus hospitais. O que o MP quer é que essa qualidade de vida também tenha em Sergipe e que o serviço que era oferecido desde 1986, volte a ser feito ainda este ano no Estado", completa Fábio Viegas.

A solução que resta aos pacientes renais de Sergipe é recorrer a outros Estados para tentar um transplante já que não encontram esse serviço aqui. Os pacientes recorrem à portaria ministerial do Tratamento Fora do Domicílio, TFD, na tentativa de viabilizar o transplante.

"Hoje o paciente renal tem que ir para São Paulo ou outros estados para tentar viabilizar sua



▣ Fábio Viegas: "MPE quer é que a situação se resolva e que a lei seja cumprida"

cirurgia de transplante, porque aqui não se faz mais. A maioria está indo pelo TFD, custeada pelo Governo Federal e não pelo Estado como eles colocam, recebendo as passagens aéreas e uma ajuda de custo diária de R\$ 24,75 para pagar alimentação, hospedagem, transporte e todas despesas da viagem", conta o presidente da Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Sergipe (ARCRESE), Edjunior Vieira.

Ainda segundo o presidente a situação chegou a um ponto extremo e o Governo não busca saídas para essa situação. "Essa discussão de melhorar a assistência ao transplantado no pré e pós operatório se estende há quase três anos. As negociações nunca terminam e nem chegam a lugar nenhum. A história é que está se conversando, que está se resolvendo, mas nada foi feito. Simplesmente o estado e o município não oferecem estrutura para que os profissionais desenvolvam um trabalho de verdade e nem estão preocupados com o paciente. Se estivessem entra-

riam com uma contrapartida para rever o valor que o Governo Federal repassa para os pacientes, mas não, para eles está ótimo", reclama Edjunior Vieira.

Os pacientes que precisam ir para outros Estados realizar os transplantes sofrem com a incerteza do que poderá acontecer e com as condições precárias oferecidas pelo Governo Federal. "A situação desses pacientes é a seguinte: ou morrem aqui ou têm que ir para outros Estados. Isso é muito penoso, angustiante, sem contar que a ajuda de custo oferecida pelo Governo Federal é baixíssima. Foi solicitado ao Governo do Estado o fornecimento de uma ajuda a mais do que a que é dada pelo Governo Federal, seria uma ajuda extra, mas isso também não aconteceu. São todas essas questões que vem se protelando e o MPE entende a situação da população e cobra do Estado uma solução urgente. Porque saúde é um direito à dignidade garantido pela Constituição Federal", relata o Promotor de Justiça.

Várias audiências já foram rea-